

Tensão global

EFEITOS DA
CONJUNTURA
EXTERNA
NO CENÁRIO
BRASILEIRO

Solange Monteiro, do Rio de Janeiro

A largada oficial da corrida à Presidência do Brasil chegou contagiada pela política externa de Donald Trump. Da nova leva de sobretaxas às importações a uma lista de tensões diplomáticas, diversos episódios elevaram o efeito Trump entre os temas da pauta nacional, com questionamentos quanto aos impactos e motivações desse novo tariffaço e aos limites dos planos de poder do presidente dos EUA no continente americano. Em artigo de opinião publicado em meados de agosto no *New York Times*, Andre Pagliarini, pesquisador associado do Washington Brazil Office, definiu Trump como a munição dos candidatos mais bem posicionados nas pesquisas de intenção de voto, Lula e Flávio Bolsonaro, em sua disputa ideológica pelo voto. Como destaca o internacionalista Paulo Velasco em entrevista nesta edição (ver pág. 72), o peso do fator Trump repetiu-se nas demais eleições presidenciais recentes na

América do Sul, e hoje se destaca na dinâmica política do continente.

No campo comercial, a retomada da política tarifária em julho não foi exclusiva contra os produtos brasileiros, ainda que o país esteja entre os mais penalizados, atrás apenas da China em termos de tarifa média, de acordo a cálculos do centro de estudos Global Trade Alert (GTA). Livio Ribeiro, pesquisador associado do FGV IBRE, ilustra que não é preciso ir muito longe na análise da situação fiscal dos EUA para identificar que a motivação para a aplicação de novas tarifas pelo governo Trump excede a agenda da política externa. Em 2025, a arrecadação alfandegária havia contribuído para reduzir o déficit orçamentário dos EUA em 2% em relação a 2024, para US\$ 1,775 trilhão. Parte dessa arrecadação, entretanto, foi considerada ilegal pela Suprema Corte dos EUA, que em fevereiro determinou a devolução de tarifas cobradas com base na Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional (leepa, na sigla em inglês). Estimativas do Escritório de Orçamento do Congresso (CBO) apontam que até junho essas devoluções tinham chegado a US\$ 70 bilhões, de um montante global de US\$ 166 bilhões. Com essa devolução e sem nada para substituir a Seção 122 – sobre-taxa temporária permitida pela Lei de Comércio dos EUA de 1974 para lidar com fortes déficits ou desequilíbrios da balança de pagamentos –, cujo uso por Trump venceu em julho, o tombo nas receitas seria gigantesco, destaca Ribeiro.

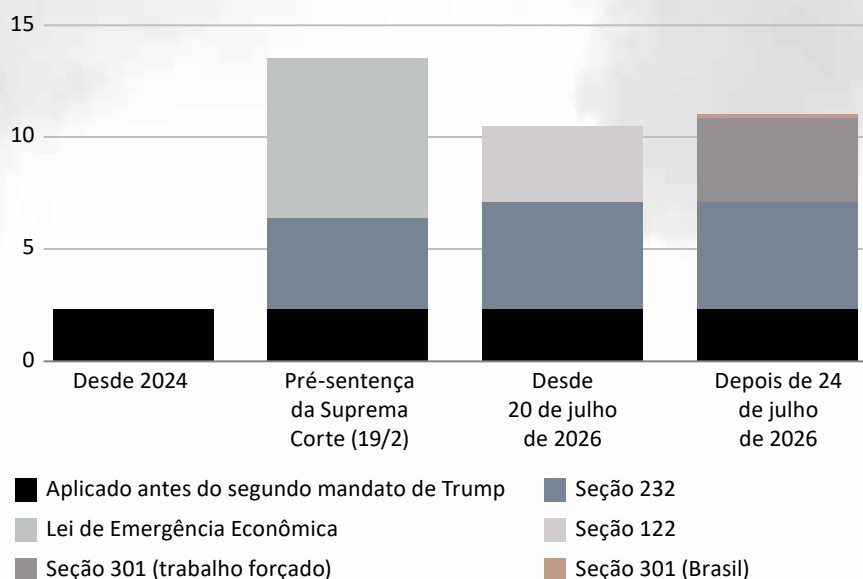
Em artigo desta edição (pág. 60), a pesquisadora associada do FGV IBRE Lia Valls, coordenadora do Indicador de Comércio Exterior (Icomex), destaca que cerca de 52,7% da pauta brasileira de exportações ficou isenta das novas taxas que entraram em vigor em julho – de 25%, relativa ao final da investigação pelos EUA de práticas brasileiras que o país considera onerosas ou restritivas ao comércio, e de 12,5%, sob a alegação de bens produzidos com o uso de trabalho forçado em terceiros países (Seção 301), que também foi aplicada a outros 59 países (12,5% a 41 economias e 10% a outras 19). Mas ainda há muitos segmentos penalizados, como calçados, produtos de madeira e máquinas e equipamentos, com desafios não triviais de diversificar mercados,

especialmente entre pequenas e médias empresas, ressalta Valls.

No agregado, análises publicadas pelo Icomex do FGV IBRE demonstram que o interminável conflito dos EUA no Irã com implicações no Estreito de Ormuz e impacto nas cadeias de suprimento superaram o efeito das sobretaxas na balança comercial, levando a uma aceleração de preços no comércio internacional que favoreceu as exportações brasileiras. O superávit comercial no primeiro semestre do ano foi maior do que em 2025, e em julho o Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) revisou para cima da projeção de superávit para o ano de 2026, de US\$ 72,1 bilhões para US\$ 90 bilhões. Em julho, mesmo com uma redução no volume de trocas, o aumento de preços continuou assegurando

Trump reergue muro tarifário - retomada foi global

Tarifa efetiva, atual e projetada, por tipo de cobrança



Fonte: US Census, estimativas da Bloomberg Economics.

crescimento dos valores. De janeiro a julho, a principal contribuição entre as exportações foi de petróleo (33,2%) e soja (22,44%).

Levantamento realizado pela Câmara Americana de Comércio (Amcham) ilustra que a retração das vendas brasileiras aos EUA tem sido maior nos produtos com sobretaxas elevadas – hoje entre 25% e 37,5%, mas que no ano passado chegou a 50% – como sebo de bovinos, alguns produtos específicos de madeira, fumo e suco de frutas. No acumulado do ano até julho, o recuo nos embarques do grupo de produtos sobretaxados foi de 31,5% em valor, com queda de US\$ 1,4 bilhão. No agregado de todas as exportações, as vendas aos EUA recuaram 12,2% de janeiro a julho – mantendo-se ainda o segundo maior destino das exportações brasileiras –, enquanto para o restante do mundo cresceram 10,5%.

Em 13 de agosto, o governo brasileiro anunciou a abertura de uma investigação, apoiada na Lei de Reciprocidade Econômica, contra o tarifação de Trump. A decisão foi tomada com preocupação por atores da área comercial, sob o risco de uma escalada de respostas hostis por parte dos EUA, reduzindo margem para uma solução negociada. Há o reconhecimento pelas partes brasileiras de que as conclusões tomadas pelos EUA em temas como o desmatamento e o Pix são desproporcionais, mas que a contestação é complexa. Ainda assim, diz Valls, se trata de um instrumento legítimo,

Exportações do Brasil aos EUA janeiro-julho

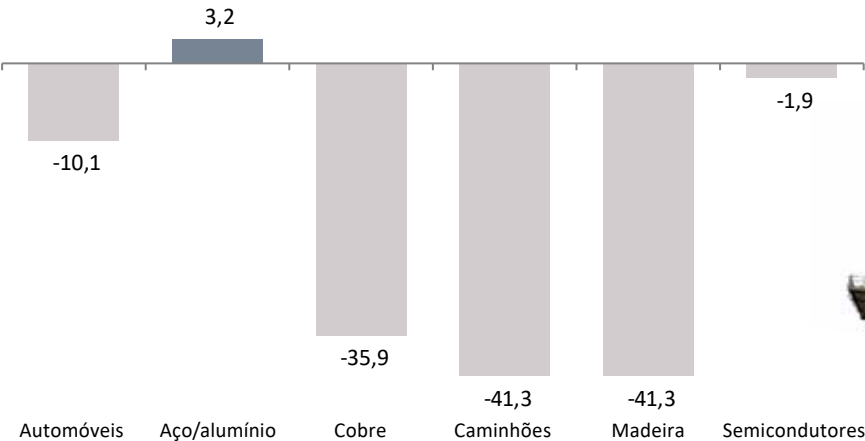
(US\$ mi)

	2026	2025	Variação (%)
Sem sobretaxa	11.105	12.362	-9,7
Com sobretaxa	9.845	11.497	-14,4



Produtos sob a Seção 232

Variação (%) janeiro a julho 2026 x 2025



Balança comercial Brasil-EUA – janeiro-julho

	Exportação	Importação	Balança
2023	20,3	23	-2,7
2024	22,8	23,1	-0,2
2025	23,9	25,9	-1
2026	21	23,2	-2,3

Fonte: Comexstat. Elaboração: Amcham.

que por ora prevê consultas diplomáticas, análises e audiências públicas, sem derivar necessariamente na adoção de contramedidas. Em seu artigo, Valls analisa os instrumentos que países têm lançado mão para fazer frente à sobretaxa, reitera a busca por diversificação de mercado e produtos como necessária, mas reconhece que, salvo exceções, não se trata de um exercício com resposta imediata.

O outro lado da balança

A vantagem de o Brasil ser exportador de óleo bruto em meio à turbulência do cenário geopolítico que afeta os canais de suprimento, expressa nas projeções para a balança, não reduz a complexidade da tarefa dos formuladores de política comercial brasileira. Tal instabilidade

de também tem trazido o risco de disrupções na cadeia de suprimento global que, por ora, já se refletem na redução das projeções para o comércio mundial em 2026 em relação a 2025, como destaca o Icomex ao citar a previsão da Unctad – de crescimento entre 1,5% e 2,5%, enquanto em 2025 foi de 4,7%.

No âmbito doméstico, alguns dados ilustram o lado meio vazio do copo. Ribeiro destaca, por exemplo, a diluição do superávit brasileiro em petróleo e gás quando descontados os déficits comerciais em outros produtos derivados. O pesquisador faz uma conta: se tomarmos o saldo de petróleo e gás em 2025, positivo em US\$ 35,32 bilhões, e descontarmos os déficits em derivados e

refinados de petróleo, adubos e fertilizantes e intermediários desses produtos, e apenas petroquímicos básicos, essa vantagem na balança cai para US\$ 12,31 bilhões.

No mercado doméstico, o impacto em alguns segmentos é marcante. Artigo dos economistas do IBRE na área de inflação publicado no Blog do IBRE (<https://go.fgv.br/vm6m1N3gfAg>) ilustra como a volatilidade de preços ligada à cadeia do petróleo atingiu a construção via tubos e conexões. No resultado de junho, tubos e conexões acumulavam alta de 33,58% em 12 meses, enquanto o Índice Nacional de Custo da Construção – Disponibilidade Interna (INCC-DI) variou 6,76% no mesmo período. Ainda que o nível

Principais produtos exportados aos EUA

(variação % nos referidos períodos 2026 x 2025 - sobre valores em US\$)



	Variação comércio BRA-EUA janeiro-julho	Variação comércio Brasil-mundo, sem EUA, janeiro-julho
Óleos brutos de petróleo	-25,5	33,9
Semi-acabados de ferro ou aço	-11,1	60,2
Combustíveis	8	18,8
Ferro-gusa	48,1	27,9
Carne bovina	13,5	35,6
Celulose	-7,9	18
Aeronaves	20,4	9,2
Equip. engenharia civil	-34,1	-14,7
Sucos de frutas/vegetais	-5,3	1,5
Máquinas de energia elétrica	20,5	37,3
Demais produtos	-20,1	8,3

Fonte: Comextat. Elaboração: Amcham.

Apoio aos exportadores afetados pelo tarifaço

A linha de crédito do Brasil Soberano 3 é dividida em três grupos:

1. Afetados pelas tarifas comerciais dos EUA (como aço, automóveis, madeira e máquinas e equipamentos elétricos).
2. Setores industriais estratégicos (12, entre os quais fertilizantes, têxtil, químico e farmacêutico).
3. Exportações para o Golfo Pérsico e setores afetados (somando 10 países).

Orçamento de cada fase do Plano Brasil Soberano

- **Brasil Soberano 1:** R\$ 15 bilhões a R\$ 16 bilhões em linhas iniciais de financiamento e ações de proteção ao setor produtivo.
- **Brasil Soberano 2:** cerca de R\$ 21 bilhões para suporte a exportadores e indústria.
- **Brasil Soberano 3:** total de R\$ 18,5 bilhões entre novos recursos e crédito subsidiado.

Fonte: Governo federal.



de preços do petróleo Brent tenha recuado e no início de julho tenha chegado a patamar semelhante ao de antes da eclosão do conflito no Oriente Médio, a transmissão dessa queda não é imediata, destacam.

No caso dos fertilizantes, o impacto negativo da alta de preços pode estender seus efeitos na produção agrícola de 2027. De acordo à Secretaria de Comércio Exterior (Secex), de janeiro a julho as exportações de fertilizantes recuaram 7,4% em termos de volume. Mesmo menor, os gastos com essas compras foram 7,3% mais altos. Relatório recente da

J.P. Morgan aponta que uma herança da persistência do conflito EUA x Irã pode ser o de menor produtividade nas lavouras brasileiras, devido ao menor uso de nutrientes, fruto de escassez de insumos diante das dificuldades na oferta mundial, que levam a preços mais altos.

Na entrevista deste mês (pág. 18), Livio Ribeiro destaca outro fator não trivial desse cenário de incerteza tarifária: os limites e efetividade dos planos de ajuda até agora operados pelo governo com as três edições do Brasil Soberano. Na última versão, lançada em

julho, o governo disponibilizou até R\$ 18,5 bilhões – R\$ 13,5 bilhões do Tesouro e outros R\$ 5 bilhões do BNDES) para a concessão de crédito subsidiado a empresas afetadas pelo novo tarifaço – como aço, alumínio, automotivo, móveis e madeira, máquinas e equipamentos elétricos, plásticos e calçados –, bem como setores estratégicos para a economia, entre os quais minerais críticos e fertilizantes. Ainda há outro grupo contemplado, formado por empresas que exportam para o Golfo Pérsico. Os recursos podem ser usados para capital de giro, aquisição de bens de capital, investimentos produtivos, inovação tecnológica, adaptação de produtos e processos, além de prospecção e abertura de novos mercados.

Ribeiro considera que, da forma como está desenhado, o programa extrapola o objetivo de contenção de danos com a política tarifária de Trump para entrar no campo da política industrial. E, ainda, ampliando o viés expansionista da política de crédito do governo, em um momento de atenção com a evolução dos gastos. Esse modelo de medida de crédito corre por fora dos limites da regra fiscal – tal como outras ações como a expansão do Minha Casa, Minha Vida, e as iniciativas de aquisição de automóveis dentro das versões do programa Move Brasil. Ao expandir-se e abarcar um conjunto crescente de setores, afirma, o programa se transforma em política industrial, abrindo um canal de expansão fiscal que precisa de atenção.

Especialmente levando em conta que a montanha-russa tarifária de Trump não tem prazo para acabar, e o *modus operandi* do presidente tem seu viés tempestivo preservado.

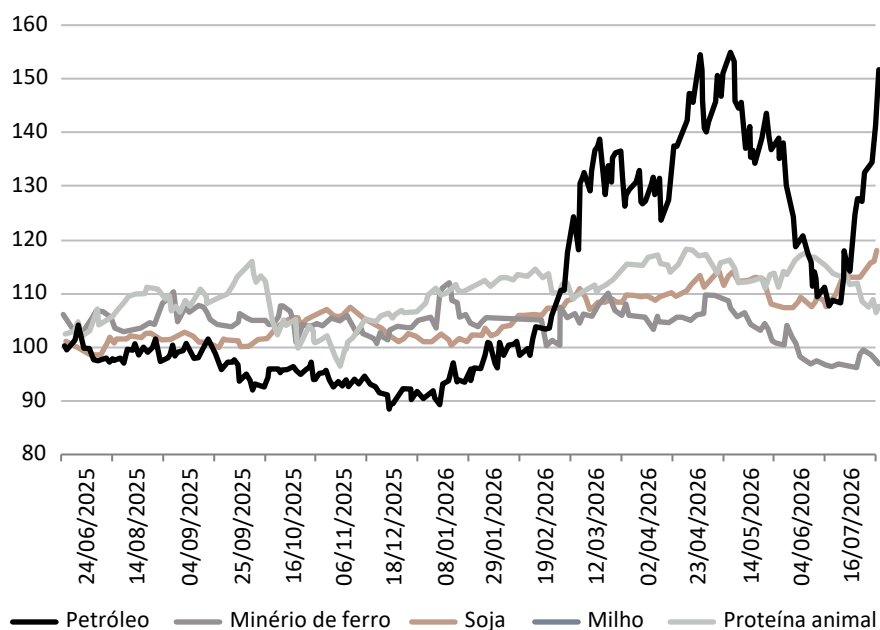
Pedra de resistência

Analistas reconhecem que, em meio à corrida eleitoral, os discursos se intensificam e, tal como em tantas outras áreas de governo, o que vale é o que se começa a construir pós-segundo turno, com o presidente eleito. Mas a atenção redobrada quanto às posições dos candidatos sobre a frente externa se redobra diante dos sinais reiterados do governo Trump de resgate da Doutrina Monroe – sacramentados na nova edição da Estratégia de Segurança Nacional divulgada pelo governo dos EUA em dezembro do ano passado –, que no continente americano se revela focado em garantir o domínio de recursos estratégicos e neutralização do papel da China na região.

Como destaca o cientista político Octavio Amorim em artigo no Blog do IBRE (<https://go.fgv.br/TYPN-7G6LCPO>), o Brasil tem estado sob constante ataque de Trump e do secretário de Estado, Marco Rubio, ainda que em meio a momentos de distensão. Ele cita: “(1) imposição de tarifas que ferem a legislação comercial internacional e as próprias leis estadunidenses; (2) ameaças e falsas acusações às instituições políticas nacionais; (3) suspensão do visto de entrada nos EUA de alguns membros importantes dos

Tensões no Oriente Médio afetam preços de *commodities*

Brasil: *commodities* relevantes (t - 12 + 100)



Fonte: BRCCG, com base em IIEA, FTSE e CBT.

poderes Executivo e Judiciário; (4) apoio político explícito à família Bolsonaro; (5) tentativa (corretamente frustrada pelo Itamaraty) de envio de funcionários do Departamento de Estado para levantar suspeitas sobre o sistema de votação do país e, por último, (6) suspensão do visto da embaixadora do Brasil nos EUA, Maria Luiza Viotti, ato de aberta hostilidade em resposta à legítima e legal (do ponto de vista do direito diplomático) demora por parte do governo brasileiro em conceder o *agrément* ao nome indicado pela Casa Branca para ser o embaixador dos EUA em Brasília”.

Paulo Velasco destaca que entre os presidentes que venceram eleições na América do Sul, majoritariamente de extrema direita, o cálculo

estratégico sobre convergências tem pendido para o lado de Trump, em parte unido pelo apelo da segurança pública entre o eleitorado. Se isso resultará em vantagens, ainda se trata de uma aposta estimulada pelo ganho de Javier Milei ao obter o aval de Trump para empréstimo às vésperas das eleições legislativas. Mas Velasco lembra que um mapa do continente pintado de azul não significa convergência, tampouco integração. Há uma dissonância cognitiva entre os países sobre o que se quer da região, afirma, e o balanço de interesses de cada país – entre China, EUA e o próprio Mercosul – são diferentes. Um ponto, inclusive, que pode interessar a Trump, cuja preferência sempre foi pelas relações bilaterais. ■



Entrevista Paulo Velasco

Professor de Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e na Fundação Getúlio Vargas (FGV)

“O fator Trump é fundamental para entender a dinâmica atual no continente sul-americano”

A polêmica participação do presidente argentino Javier Milei na convenção que oficializou a candidatura de Flávio Bolsonaro (PL) à Presidência do Brasil resultou no posterior rebaixamento pelo governo brasileiro das relações diplomáticas com a Argentina.

Como classificar esse episódio? Estamos no pior momento dessa relação?

Arriscaria dizer que sim, se considerarmos o recorte geralmente feito, a partir de 1979, quando se

estabelece uma nova dinâmica de relacionamento com o Acordo Tripartite no início do governo Figueiredo (1979-1985). No passado mais remoto houve momentos piores, inclusive guerras no século XIX. Foi especialmente a partir dos anos 1980 que entramos numa tônica de cooperação, de confiança mútua, até mesmo de integração.

Nesses mais de 40 anos, tivemos vários desencontros, como entre os presidentes Fernando Henrique Cardoso e Carlos Me-

nem – pela questão brasileira de querer uma vaga no Conselho de Segurança da ONU, e de Menem buscar o *status* de aliado preferencial dos EUA extra-Otan. Tivemos contenciosos comerciais, como na área de têxteis no início dos anos 2000, que foram parar na OMC, entre outros desencontros comerciais nos governos Lula e Cristina Fernández Kirchner.

Claro que o dia a dia da relação se mantém. Do ponto de vista das burocracias, da dinâmica comercial, investimentos produti-

vos, isso não muda, até por uma lógica inercial. Mas conseguimos essa proeza de minar a relação de confiança mútua no mais alto nível de presidentes. Sequer no período já tenso de Jair Bolsonaro e Alberto Fernández chegou-se a um patamar ruim. Mas muito disso se deve ao histrionismo de Milei, que foge ao perfil e liturgia do cargo de um presidente argentino, por um lado, e de certo ressentimento pelo lado de Lula.

A dependência de uma boa relação dos governos de turno afeta negativamente o Mercosul?

O fato de os presidentes não se falarem não é algo determinante para o Mercosul, mas atrapalha. A lógica da diplomacia presidencial, da personificação a partir do presidente, de esforços diplomáticos robustos, acaba funcionando como um catalisador para uma série de iniciativas, inclusive de integração. Algo do que se fez ao longo da história do Mercosul resultou de um empenho quase voluntarista dos presidentes de fazer a coisa acontecer, de aprofundar dinâmicas, de antecipar prazos e reforçar iniciativas.

Hoje, não só inexistiu essa vontade de trabalharem juntos, como especificamente no que tange ao bloco e à integração, ambos os governos enxergam o Mercosul de maneira bem diferente. Para Milei, o Mercosul deveria ser me-

nos do que é, em que os membros pudessem ter liberdade de negociar bilateralmente acordos mundo afora. Isso significa retroceder da condição de união aduaneira, abrir mão da tarifa externa comum (TEC), pois o sonho dele é fechar um acordo de livre-comércio bilateralmente com Washington. Já o Brasil gosta do Mercosul como é. Essa diferença de visão é que ameaça o bloco. Não é a primeira vez que a gente vê isso. Nos anos 2000, o Uruguai pressionou pela flexibilização da decisão CMC 32/00 (que obriga a negociação de acordos comerciais de forma conjunta). Mais recentemente, 2021/2022, o então presidente uruguaio, Luis Alberto Lacalle Pou, voltou com esse discurso de flexibilizar a 32/00, porque queria firmar um acordo bilateral com a China à margem do bloco. Mas agora é a Argentina que está falando isso, país que tem uma incidência muito maior no Mercosul.

Então, eu não diria que o Mercosul está sob ameaça ou sob ataque propriamente, mas é muito mais do que um desencontro em termos de bate-boca Lula-Milei. Os presidentes enxergam o Mercosul de maneira diferente. E isso é um desafio maior para o bloco.

Hoje o presidente Milei se coloca como voz de Trump na América do Sul, que tem se voltado à ultradireita. A

Digo que Lula é saudosista dos anos 2000 porque naquela época ele conseguia influenciar muito mais facilmente. Sequer estou falando de liderança, porque esta nunca se consolidou de maneira formal

eventualidade de o Brasil se somar a essa convergência político-ideológica nas próximas eleições poderia levar a uma maior integração regional, ou se tratam de agendas individuais?

A afinidade político-ideológica não é uma condição para a integração acontecer, assim como a falta de afinidade não foi um obstáculo para a integração nos anos 1990, por exemplo, quando o processo de integração bombou – tivemos a Comunidade Andina de Nações, Mercosul, o projeto da Área de Livre-Comércio Sul-Americana (Alcsa), que acabou não funcionando, a Iniciativa Amazônica, a própria IRSSA no ano

A volta de Trump altera um pouco o cálculo estratégico dos governos regionais sobre para quem convergir, com quem que vou buscar trabalhar mais e melhor. Ter o Trump ao meu lado pode não me trazer nada, como pode gerar algo

2000 – não havia essa coesão e uniformidade em termos político-ideológicos. Havia, claro, governos com uma tendência mais de centro-direita, uma agenda mais neoliberal, mas não havia uma coesão ampla e inequívoca.

O fato de termos governos de centro-direita, ou ultradireita não é um impulso natural para a integração, e acho que são governos que pensam a região de maneira muito diferente também. Alguns que olham mais para o Pacífico, outros olham mais para Trump, outros que ainda têm um vínculo importante com o Mercosul, porque entendem que o Mercosul é fundamental, como é o caso do

Paraguai. Assim, mesmo que tenhamos o mapa do continente pintado de azul, não significa que caminharemos na mesma direção em termos de integração.

Com relação ao fator Trump, acho que ele é uma variável fundamental para entender a dinâmica atual no continente sul-americano. Que dinâmica é essa? Em primeiro lugar, a de um Brasil com mais dificuldade de incidir na região e nos vizinhos.

Digo que Lula é saudosista dos anos 2000 porque naquela época ele conseguia influenciar muito mais facilmente. Sequer estou falando de liderança, porque esta nunca se consolidou de maneira formal, mas em ter um papel mais protagonista, conseguir de fato ser o catalisador de uma integração robusta. Isso hoje não acontece. Lula colheu poucos dividendos daquela Cúpula de Brasília de maio de 2023, por exemplo. E acho que o fator Trump piorou esse cenário.

Já tínhamos dificuldade porque havia uma dissonância cognitiva acerca do que se pensa sobre a América do Sul, sobre integração, sobre regionalismo, por muito do que já falamos aqui. Mas a chegada de Trump complica muito mais, porque passamos a ver governos de centro-direita ou de direita ou de ultradireita que passam a preferir bajular Trump do que bajular Lula, em busca de colher mais dividendos. E o entendimento que se tem – um pouco natural – é de

que Trump pode oferecer mais do que o Brasil de Lula.

São dividendos político-partidários ou relacionados a um plano de governo?

São interesses que podem ir além. Veja o exemplo de Milei. Por conveniência político-partidária-ideológica, no ano passado ele conseguiu a chancela de Trump para a renegociação da dívida argentina. Naquele momento, isso foi muito importante. A Argentina de fato apresentava alguns resultados macroeconômicos – de superávits primários, reequilíbrio de contas –, mas a chancela deliberada de Trump aconteceu por convivência político-ideológica, certamente.

Esse episódio acabou se tornando um exemplo para os vizinhos, e os candidatos eleitos, de José Antonio Kast no Chile a Keiko Fujimori no Peru, ainda que esta última numa escala menor, apontam nessa direção. E é algo que Flávio Bolsonaro pode fazer também. Por isso a preocupação brasileira com o caso do embaixador americano Daniel Perez (*a indicação de Trump aconteceu sem consulta prévia ao Itamaraty, gerou retaliação americana com revogação do visto da embaixadora brasileira em Washington, e a decisão do governo Lula de postergar o aval para depois das eleições*). Se Perez assume a embaixada antes das eleições, e concede entrevistas sinalizando

preferência por algum candidato presidencial, isso já poderia provocar um impacto eleitoral. Então, acho que há um elemento político-partidário, claro, mas que acaba se estendendo à vida real, na economia real, na vida das pessoas, no mundo, como as pessoas percebem aquele relacionamento. Assim, a volta de Trump altera um pouco o cálculo estratégico dos governos regionais sobre para quem convergir, com quem que vou buscar trabalhar mais e melhor. Ter o Trump ao meu lado pode não me trazer nada, como pode gerar algo. Acho que é esse o pensamento de muitos líderes da região hoje.

Em que medida a necessidade de dar respostas rápidas no campo da segurança pública – que parece dominante na América Latina – influencia nessa escolha por apoiar Trump? Levando em conta que o crime organizado cruza fronteiras, falta institucionalidade regional para lidar com essa questão?

As instâncias existem, mas têm falhado na contenção dessa ameaça. Foi o que comentei em recente aula na FGV Ebape: instâncias como a Comissão sobre Narcóticos (CND, criada pelo Conselho Econômico e Social da ONU), o UNODC (Escritório da ONU para Drogas e Crime) e, no âmbito da OEA, a Comissão Interamericana

para o Controle do Abuso de Drogas (Cicad), têm entregado pouco. Acho que o principal problema é que as diretrizes muitas vezes são descoladas da realidade latino-americana. É muito fácil, por exemplo, para o CND argumentar que, mais do que focar em repressão, é preciso focar em prevenção, tratamento e reabilitação, porque isso ajuda a cumprir as metas do milênio (ODS 3 da ONU, de assegurar vida saudável e bem-estar para todas as pessoas até 2030). Mas quem está ali na ponta da violência urbana, sendo assediado diuturnamente pelo PCC, pelo Comando Vermelho e outros, não quer saber de prevenção ou reabilitação. O que a sensibiliza é o que essa direita mobiliza tão bem, que é o discurso da bukelização, que é o discurso defendido pelo Trump.

Outra possibilidade, que já tem demonstrado resultados, ainda que tímidos e limitados, é a coordenação mais bilateral. O Brasil tem acordo de controle de combate ao narcotráfico com todos os vizinhos da América do Sul, inclusive Guiana e Suriname. Também se destaca o intercâmbio de informação, de inteligência num sentido amplo para combater, por exemplo, fluxos financeiros suspeitos. Acionar GAF/FATF (Financial Action Task Force, do G7), o Grupo de Ação Financeira da América Latina (Gafilat), as UIFs, unidades de inteligência financeira de cada país – que no Brasil é o

O fato é que a segurança pública é o grande tema do momento, em todas as eleições. Hoje estamos lidando com multinacionais do crime, que têm uma carteira de projetos muito plural dentro da economia formal. Não é só o narcotráfico, ainda que não se possa menosprezá-lo

Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

Mas a resposta desse trabalho é demorada. O que entrega resultados imediatos? É o discurso de Nayib Bukele, para desespero de todos que acreditamos em direitos humanos, que acreditamos em devido processo legal, em ampla defesa. Ainda vale lembrar que a realidade de El Salvador é muito específica, completamente diferente da nossa. Tratam-se de gangues urbanas, as *maras*, e não o crime organizado que temos aqui, imbricado em todas as esferas da vida.

Historicamente, o Brasil sempre foi um defensor e amante do multilateralismo, sob o qual o país consegue equilibrar melhor o jogo, se colocar em coalizões e falar mais olho no olho com os Estados Unidos, com a União Europeia

O fato é que a segurança pública é o grande tema do momento, em todas as eleições. Foi na vitória de Daniel Noboa no Equador, de Rodrigo Paz na Bolívia, de José Antonio Kast no Chile, muito fortemente, com Keiko Fujimori no Peru e também o Abelardo de la Espriella, que inclusive na aparência tenta copiar Bukele. Esse populismo na área da segurança pública tem penetrado no imaginário do Rio de Janeiro. Hoje estamos lidando com multinacionais do crime, que têm uma carteira de projetos muito plural dentro da economia formal. Não é só o narcotráfico, ainda que não se possa menosprezá-lo. Está no

dia a dia, em serviços de internet, em combustível, em logística, em transporte, para não falar dos crimes ambientais, extração ilegal de ouro, garimpo ilegal de madeira, e isso nos expõe inclusive a sanções no comércio internacional.

Muito se tem debatido sobre o derretimento do sistema multilateral como o conhecemos, sobre um mundo geopoliticamente mais tenso e comercialmente mais complexo. Qual desafio essas mudanças trazem para a diplomacia brasileira, incluindo a comercial?

Historicamente, o Brasil sempre foi um defensor e amante do multilateralismo, sob o qual o país consegue equilibrar melhor o jogo, se colocar em coalizões e falar mais olho no olho com os Estados Unidos, com a União Europeia. É como se as assimetrias de poder ficassem atenuadas dentro dos espaços multilaterais. Mas o momento do multilateralismo de fato é péssimo. Ninguém acredita muito mais na ONU, a OMC está em frangalhos. Os grandes bancos de fomento e desenvolvimento têm políticas creditícias que enfrentam dificuldades em lidar com essa nova lógica global.

Se Lula for reeleito, logicamente o Brasil continuará defendendo o multilateralismo, mas é importante atentarmos para essa realidade e não continuar batendo na tecla de

algo que já não funciona como antes e buscar caminhos alternativos, que é naturalmente a busca por outros espaços de concertação.

É o caso do BRICS, por exemplo, que importa, funciona e é necessário, porque é um espaço plurilateral de concertação e das famosas coalizões de geometria variável. Há várias leis em que o Brasil participa, às vezes com um país, às vezes sem ele, às vezes junta outro, porque é o que o mundo está fazendo para tentar gerir a ordem, lidar com os grandes desafios no âmbito comercial. Acho que o Brasil já entendeu o recado. Não adianta a gente ficar insistindo numa OMC que não entrega; então é partir para negociações cada vez mais ambiciosas em âmbito bilateral e regional via Mercosul sempre. Começamos a dialogar com o Japão no final do ano passado, estamos começando agora a conversa com o Reino Unido, tentar avançar o acordo que parece superdifícil com a Coreia do Sul, também com outros que são mais fáceis, como é o caso do Canadá, Emirados Árabes, Indonésia, Índia.

Também é importante colocar em vigor o mais rapidamente possível os acordos que já assinamos com EFTA, Singapura. O caminho é esse: repensar a política comercial. Acho que as novas gerações da diplomacia brasileira são conscientes disso e entendem melhor que o caminho é, de fato, negociar ponto a ponto,

bilateralmente, birregionalmente. Não temos muita saída.

Quando se tem instâncias multilaterais enfraquecidas, fica mais difícil para o Brasil dosar sua influência na balança das decisões globais...

Para o Brasil é péssimo, porque além de o fato de o multilateralismo nos dar mais poder de barganha, influência, porque o Brasil consegue se articular em coalizões, é péssimo porque a gente não usufrui mais de regras que para nós eram muito benéficas, como a de nação mais favorecida, que são princípios básicos do sistema de comércio, da OMC. Não é mais assim que a banda toca. Então, já não estamos negociando no mesmo nível de jogo, pautado por regras iguais. A depender do acordo, do bloco com que eu estou dialogando, as regras são diferentes, e terei que aceitá-las ou não.

O Brasil está num mundo muito mais hostil, onde nos movemos em águas turbulentas e imprevisíveis, nunca antes navegadas. Mas a gente tem que se acostumar a isso e lidar com essa lógica mais bilateral e birregional. Se insistirmos no multilateralismo, nos prejudicaremos. E também precisamos pensar o regionalismo de maneira um pouco diferente, pois o saudosismo do Mercosul de outrora também nos entrega muito pouco. Será que não é hora de a gente rever o que é o Mercosul e o que queremos dele?

A ideia de mercado comum já ficou no passado há muito tempo, mas será que ainda é uma possibilidade do Mercosul? São tabus com os quais a gente tem que lidar.

Iniciativas como as Rotas de Integração Sul-Americana podem contribuir nesse novo momento?

Esses grandes projetos integradores mais fortemente institucionalizados estão em extinção no mundo. A tendência atual é de cada vez menos institucionalização, e cada vez mais flexibilidade. É por isso que, quando Lula tentou resgatar a lógica da Unasul ou de algo parecido lançando o Consenso de Brasília, em maio de 2023, não teve o apoio dos vizinhos, independentemente de serem governos mais à direita. O fato é que o modo como se pensa a integração no mundo hoje mudou muito em relação ao que era nos anos 1990 e 2000, quando o Brasil abraçou causas como o Mercosul, a Unasul e outras mencionadas aqui.

As cinco Rotas de Integração Sul-Americana que preveem iniciativas importantes em várias frentes da infraestrutura, que sempre foi um tema importante. A novidade é que isso agora é feito de maneira mais *ad hoc*, à margem de um lastro institucional robusto como no passado foram a IRSSA e o Conselho Sul-Americano de Investimento de Planejamento (Cosiplan). São projetos mais bilaterais, que

Também precisamos pensar o regionalismo de maneira um pouco diferente, pois o saudosismo do Mercosul de outrora também nos entrega muito pouco

dependem de financiamentos da CAF, do Fonplata, do BNDES, mas acho que pode funcionar. O Brasil mapeou essas cinco rotas, estão claramente dadas, e isso pode funcionar à margem de grandes projetos institucionais.

Acho que o Brasil de alguma maneira está aprendendo que a coisa pode seguir mesmo à margem dessas grandes iniciativas institucionais. Eu não preciso, por exemplo, ter uma Unasul com sede em Quito, com uma série de conselhos. Como mencionei, avançar em projetos de maneira mais bilateral, plurilateral pode funcionar até porque não é algo estranho no mundo, pois a tendência global hoje é essa em termos de integração, onde projetos regionais são muito flexíveis em termos institucionais, normativos, sem grandes lastros. E o Brasil ainda está aprendendo a lidar com essa realidade. (S.M.) ■

A portrait of Fabio Giambiagi, a middle-aged man with thinning dark hair, wearing a teal polo shirt. He is looking slightly to the right with a gentle smile. The background is a blurred outdoor scene with green foliage and a body of water.

Livro Fabio Giambiagi

Pesquisador associado FGV IBRE

Vizinhos para sempre

Ao constatar que, em matéria de química entre os presidentes, Brasil e Argentina vivem o pior momento desde a origem do Mercosul, o economista Fabio Giambiagi não esconde certa frustração. Filho de pais argentinos, nascido no Brasil, Giambiagi cresceu alimentado por um interesse binacional que até hoje inspira seus estudos e a expectativa de dias melhores entre esses vizinhos.

Em episódio do *Economia em 15'* – o podcast da *Conjuntura Econômica*, Giambiagi contou que

a motivação para seu livro mais recente – *Argentina para Brasileiros: un País de Película* (AltaCult, 2026), foi buscar a aproximação de ambos os universos a partir de um maior conhecimento pelos brasileiros da Argentina além-futebol. “Sou de uma geração em que lá se acompanhava a trajetória artística de Chico Buarque, Gilberto Gil, Caetano Veloso, e no Brasil o processo de redemocratização argentina com Raúl Alfonsín foi acompanhado de perto, por exemplo. Mas, com tantos proble-

mas pelo caminho, isso foi se diluindo, especialmente nos últimos 20 anos”, lamenta.

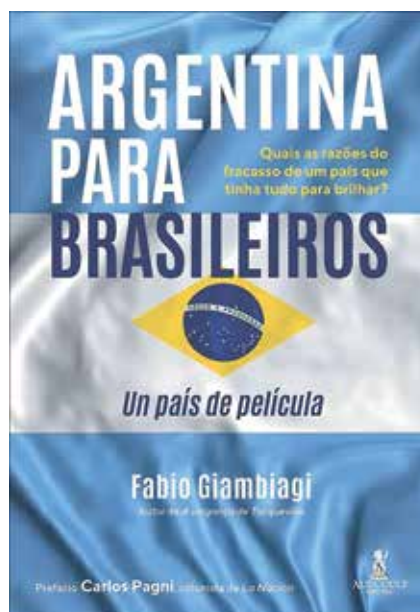
A obra – que traz política, economia, histórias e frases marcantes sobre a história argentina, alinhavadas pela vivência pessoal do autor – é a segunda de uma trilogia, iniciada com *A Vingança do Tocqueville: a Importância do Bom Debate* (AltaCult, 2025), em que Giambiagi conta sua visão do Brasil a partir do que estudou e vivenciou desde sua entrada na faculdade de economia na UFRJ, em 1980. O terceiro,

com previsão de lançamento para o ano que vem, será sobre o Mercosul, diz, sob o título *O Diamante Esquecido*. “Trata-se da ideia de que Brasil e Argentina tem um diamante que, se devidamente lapidado, pode ser um poderoso fator de atração de investimentos no mundo de hoje. Por ora, entretanto, o bloco continua relegado à quinquagésima prioridade por ambos os países.”

Na conversa, que contou com a participação de Lia Valls, pesquisadora associada do FGV IBRE, Giambiagi destacou o papel do peronismo, em suas diversas vertentes, para a polarização que há décadas define a política do país.

“Faço referência ao historiador John William Cook, importante militante de esquerda nos anos 1970. Ele é autor da expressão ‘o peronismo foi o fato maldito da política argentina’. Não no sentido de ser algo amaldiçoado, mas que cindiu a sociedade argentina em dois desde a sua origem, entre peronistas e antiperonistas, mas a dificuldade de os argentinos se entenderem entre si.

É fato que já na introdução do livro me declaro a terceira geração de antiperonistas da família. Mas se trata de uma qualificação mitigada pela ação do tempo. Embora me oponha a uma série de características de governos peronistas, tenho aprendido com todas as experiências ruins da Argentina, e com os recentes episódios de polarização



extrema no Brasil, não vai lugar nenhum na Argentina sem reconhecer a força do peronismo e sem reconhecer que ele tem que ser integrado sociedade. Como alguém que cultua o diálogo, sei que não pode encontrar uma solução para a Argentina que não passe alguma forma de entendimento com essa forma de expressão política.

Assim, grande problema argentino que vejo não é o do peronismo em si, que é uma das facetas da Argentina, mas sim esta dificuldade dos argentinos de formarem maiorias e se entenderem entre si, e que agora está se manifestando de outra forma com essa adoração meio fanática de uma parte da sociedade ao presidente Javier Milei, e uma oposição extrema da outra parte.”

Nas eleições de 2023 – sob uma conjuntura econômica crítica, com

inflação anual acima de 200%, déficit fiscal crônico e alta da pobreza –, o peronismo se viu fortemente combatido, o que poderia se converter em oportunidade para o surgimento de uma nova proposta de governo que dirimisse cisões. Mas venceu Milei.

“Os eleitores de Milei foram um grupo muito específico, de homens jovens que se sentiam identificados com esse estilo peculiar – algo similar aconteceu em outros países do mundo, inclusive no Brasil. E muitos pais foram convencidos pelos filhos a votar no outsider. Quem era crítico a Milei e argumentava: ‘A situação pode piorar’. Quem é mais velho sabe que sempre é possível piorar. Mas para jovens sem emprego formal, trabalhando na economia de aplicativo, como argumentar sobre direitos?

Uma coisa, entretanto, é votar no impulso, naquela euforia toda. Quando passam dois anos, dois anos e meio, aquele jovem vê que o pai continua com dificuldade financeira para chegar no final do mês, e percebe que o mundo real não era o dos debates eleitorais, que prometiam que era só tirar o Estado que a economia melhoraria.

O desafio agora é identificar uma nova política mais sofisticada que, entre aspas, vá além do simples combate à inflação. Obviamente, é fundamental para a Argentina ter e manter uma inflação baixa. A grande questão é quem vai empunhar a bandeira de algo como um mileís-

“Tem certos livros que a gente não pode escrever antes dos 50 anos, e esta trilogia que preparo se beneficia exatamente desse amadurecimento que a vida e a trajetória podem dar”

mo sem Milei. Ou seja, de manter o compromisso com a estabilização, com a inflação baixa, mas dentro de um padrão de debate público civilizado com políticas públicas em áreas básicas, sem a ideia de que o Estado não tem papel nenhum e ponto final.”

Dados de julho mostram que a inadimplência das famílias na Argentina triplicou em 12 meses, de acordo ao Banco Central argentino. Na mesma comparação, os preços acumulam alta em relação ao mês anterior, e a popularidade do governo cai.

“No início de governo, Milei unificou uma série de ministérios numa pasta que chamou genericamente de capital humano. Tem-se feito uma política social intelligen-

te, mantendo o benefício que se assemelha ao nosso Bolsa Família e eliminando outro canal de recursos usado por lideranças políticas de forma vergonhosa e proselitista. A despesa associada a essa política similar ao Bolsa Família em rigor aumentou.

No primeiro momento de governo, entretanto, houve uma certa inexperiência inicial na utilização desses instrumentos, com um agravamento efetivo da situação social. Lembremos que em 2024 o gasto público total na Argentina teve um corte real de 27%. Foi algo realmente impressionante, impossível inicialmente não acen-tuar a problemática social, e isso se refletiu no aumento da pobreza. Quando a economia começa a se recuperar, Milei espertamente passa a comparar a queda da pobreza a partir daquele pico associado à primeira política, já no seu governo.

Outro fator que é preciso considerar – sobre o qual não sou especialista – é que determinada pessoa saiu da pobreza o fez ficando muito perto do limiar. Para a estatística, faz diferença, mas os níveis de insatisfação social sugerem que é preciso avaliar de fato essa melhora.”

No livro, Giambiagi destaca o potencial econômico das novas fronteiras de exploração em setores estratégicos. O complexo de Vaca Muerta – “talvez a única política de Estado que perpassou diversos governos alternados de

peronismo e macrismo” – levou o país de uma situação deficitária na balança de petróleo e gás para um superávit comercial na casa dos US\$ 8 bilhões em 2025. Ao qual se somam projetos de lítio com perspectivas promissoras, e as vantagens comparativas tradicionais do setor agropecuário. Mas o autor destaca que esse cenário de perspectivas exuberantes também evidencia os desafios da parte da economia que perdeu tração.

“O que está acontecendo na Argentina é um desafio enorme para qualquer governo. Você deve lembrar, na época do choque da covid, que se usava expressões como recuperação em V, recuperação em W, recuperação no formato daquela marca da Nike, de uma queda e depois uma subida lenta. Na Argentina, tem-se falado muito em um movimento da economia em forma de K, com setores para cima e setores para baixo.

Quando se observa o PIB da Argentina no governo Milei, houve uma queda em torno de 1,7% no primeiro ano, em 2024, e um crescimento um pouco superior a 4% no segundo ano. Transformando isso num acumulado do biênio, você tem uma economia que de um modo geral que cresceu alguma coisa em torno de 3% no acumulado, uma taxa razoável considerando todos os problemas que o atual governo herdou. Mas esse resultado esconde uma assimetria radical entre setores. Para se ter

uma ideia, oito dos 16 macrossetores em que as contas nacionais argentinas dividem a economia apresentaram queda absoluta no acumulado do biênio. Entre os que tiveram comportamento positivo, vários não tiveram nada de espetacular. Agora, há três segmentos que estão bombando: agricultura, por uma série de razões similares às nossas; o setor de extrativa mineral, por causa desses recursos que já existiam e agora a tecnologia permite explorar, e o setor financeiro. Mas são setores pouco empregadores.

A Argentina está vivenciando uma desigualdade extrema nesse processo de crescimento atual. Trata-se de uma desigualdade social, porque tem pessoas e categorias que estão sorrindo de orelha a orelha e tem indivíduos e famílias que estão passando por uma situação realmente dramática; e uma desigualdade setorial, somada a uma desigualdade territorial. Nas circunstâncias atuais, como é que o governo Milei reage diante dessa decadência industrial, pensando na manufatura que se concentra em Córdoba e especialmente Buenos Aires? Vai aceitar que se transforme em uma gigantesca Detroit de decadência? Vai esperar que haja uma migração a Neuquén (onde fica Vaca Muerta), que está bombando? Os neuquinos querem isso?

Então, volto àquele ponto original de que é necessário ter políticas mais sofisticadas. Isso é um

desafio de Milei hoje, e será para qualquer governo, até porque qualquer governo vai querer explorar o lítio e outros minerais, vai atrair dólares, e só pressionar o câmbio para baixo com algo semelhante à famosa doença holandesa, tá? E quais são os melhores instrumentos para reagir a isso é um ponto sujeito a controvérsia.”

Giambiagi defende a importância de saber aproveitar o processo virtuoso que pode decorrer do bom entendimento entre dois países “condenados” a serem vizinhos “para sempre”. E reforça sua esperança – e catequese – para que Brasil, Argentina, e mesmo o Mercosul, evoluam nesse caminho.

“Tem certos livros que a gente não pode escrever antes dos 50 anos, e esta trilogia que prepara se beneficia exatamente desse amadurecimento que a vida e a trajetória podem dar. Ainda que eu compreenda a ideia, por exemplo, de um ‘Mercosul possível’ (conceito analisado por Lia Valls durante o podcast), a minha função como intelectual é tentar puxar um pouco mais essa fronteira.

Pensando no Mercosul ideal, queria relatar essa história de vivência pessoal. Meus pais tiveram três filhos, a vida não era fácil, então minhas viagens Brasil-Argentina na juventude eram feitas de ônibus. Quando chegava em Paso de los Libres, era preciso descarregar toda a bagagem, abri-la,

tinha um sujeito de má vontade que escarafunchava as malas, aí se guardava tudo e, ao atravessar a ponte, começava tudo de novo. Das 48 horas de viagem, umas seis horas eram perdidas nesse controle. Muitos anos depois, com minha mulher e meus filhos já crescidos, viajamos à Europa, e me impressionava a facilidade em atravessar de carro a fronteira da Áustria com a Alemanha. Era como ir do Rio de Janeiro a São Paulo. E pensei: caramba, integração é isso.

Sou um absoluto fã da União Europeia, como projeto civilizatório. Claro que explicado pela tragédia das duas guerras mundiais, mas acho que dificilmente se encontrará algo que associe tanto ideia de fraternidade entre nações como esse projeto. Então, não sei se na minha vida verei isso, mas deveríamos avançar na linha de uma integração crescente, como foi o caso historicamente da União Europeia.” (S.M.) ■



Confira a conversa com Fabio Giambiagi e Lia Valls no podcast *Economia em 15'*:

 <https://go.fgv.br/dQp37byk4ym>

 <https://youtu.be/C4wZUOtF4Ac>